



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

2º Quadrimestre de 2009
Salvador, 29 de setembro de 2009.



Secretaria da Fazenda

GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETÁRIO DA FAZENDA
CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA

SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA
CARLOS ALBERTO DA SILVA BATISTA

CHEFE DE GABINETE
PEDRO CÉSAR GASPAR DÓREA

SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
OLINTHO JOSÉ DE OLIVEIRA

COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E
CONTROLE FINANCEIRO
ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

DIRETOR DO TESOURO
JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS

DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA
WASHINGTON BONFIM MASCARENHAS VENTIN

1. INTRODUÇÃO

Esta apresentação objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira no 2º quadrimestre de 2009, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados de forma resumida e pela relevância, são originários dos Relatórios Bimestrais e Quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, edição de 26 de setembro de 2009, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº. 101/2000.

Por oportuno, vale ressaltar que os dados incorporam os efeitos da crise atual, de caráter financeiro, que reproduz de forma ampliada a crise asiática 1997-98, que possuía no seu seio ativos financeiros inflados de grande risco, o que reforça seu caráter estrutural e cíclico, tendência que tem sido enfrentada de forma eficiente pelas políticas anticíclicas, pelo Governo Federal secundadas pelo Governo do Estado.

Por sua vez e conseqüência, com a materialização da crise, observa-se a eliminação do aumento das receitas públicas superior ao crescimento do produto, que possibilitava a expansão dos gastos. De igual modo significa que a impossibilidade de continuidade de geração de excedentes econômicos como vinha sendo realizado, ocasiona um efeito para traz no nível de renda, emprego e riqueza da economia, situação que se projeta evidentemente para os estados e regiões, não obstante à posição relativamente privilegiada do Brasil, sobretudo quanto ao seu nível de vulnerabilidade externa.

Por outro lado, o enfrentamento aos efeitos da crise no País, tem sido feito a permitir escolhas estratégicas, não apenas com a política monetária e seus efeitos na redução na taxa básica de juros, mas, também, com a existência do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), investimentos programados, a permitir uma menor sensibilidade aos efeitos externos. Ações e incentivos aos diversos setores da economia, a exemplo do imobiliário, com impacto positivo na geração de renda e emprego nos segmentos de baixa qualificação, combinado com políticas de crédito ao setor agrícola, além da renúncia fiscal à indústria de consumo durável, com forte impacto enquanto política anticíclica é realizada com grande esforço e ônus para todos os níveis de governo.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

A instabilidade dos mercados financeiros globalizados, incertezas decorrentes do tamanho das perdas dos títulos inflados artificialmente através dos diversos instrumentos de securitização, derivativos, hedges etc., originados no mercado americano e zona do euro tende a continuar a pressão sobre o nível da atividade global, não obstante os esforços dos governos dos países ricos, até que seus esqueletos sejam totalmente expostos, conhecidos e avaliados pelo mercado.

Nesse contexto, apesar da posição relativamente privilegiada da economia brasileira, todos sofrem inclusive a Bahia a guisa da questão fiscal e financeira.

2. RECEITAS

2.1.Receitas Totais

Balço Orçamentário da Receita						Em mil Reais
Discriminação	Previsão atualizada 2009	Realizado - Janeiro a Agosto				
		2009	Orçamento % Realizado	2008	Varição % 2009/2008	
Receitas Correntes	21.374.127	13.036.861	60,99	12.461.061	4,62	
Receita Tributária	11.502.946	7.043.594	61,23	7.243.184	(2,76)	
Receita de Contribuições	1.276.610	734.150	57,51	630.474	16,44	
Receita Patrimonial	233.195	146.000	62,61	134.469	8,58	
Receita Agropecuária	1.232	116	9,45	16	615,58	
Receita Industrial	124	3	2,60	-	-	
Receita de Serviços	120.339	53.610	44,55	36.518	46,80	
Transferências Correntes	8.248.582	5.230.912	63,42	4.615.723	13,33	
Outras Receitas Correntes	1.207.614	454.894	37,67	440.266	3,32	
Conta Retificadora	(2.505.682)	(1.510.531)	60,28	(1.449.196)	4,23	
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.289.168	884.113	68,58	809.608	9,20	
Receitas de Capital	1.800.983	792.305	43,99	227.651	248,03	
Operações de Crédito	985.594	620.028	62,91	96.405	543,15	
Alienação de Bens	99.048	2.031	2,05	1.970	3,09	
Amortização de Empréstimos	52.662	39.534	75,07	49.984	(20,91)	
Transferências de Capital	663.466	130.712	19,70	78.551	66,40	
Outras Receitas de Capital	213	0	0,01	742	(100,00)	
Total	23.175.110	13.829.167	59,67	12.688.713	8,99	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

As Receitas realizadas no período, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 13,83 bilhões, representando um acréscimo nominal de 8,99%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizados 59,67% da previsão anual de receitas do Estado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Para as receitas do quadrimestre esperava-se no orçamento um crescimento de 15,66%, entretanto, em decorrência da crise financeira mundial, verificou-se o aumento de 8,99%, ou seja, uma redução de 6,67% em relação às expectativas iniciais alimentadas ainda na perspectiva de crescimento. Tal fato provocou o contingenciamento de parte das despesas no período.

2.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras. Foram realizadas nesta categoria R\$ 13,04 bilhões, representando uma realização de 60,99% das receitas correntes previstas no ano e uma variação nominal positiva de 4,62%, em relação ao mesmo período de 2008.

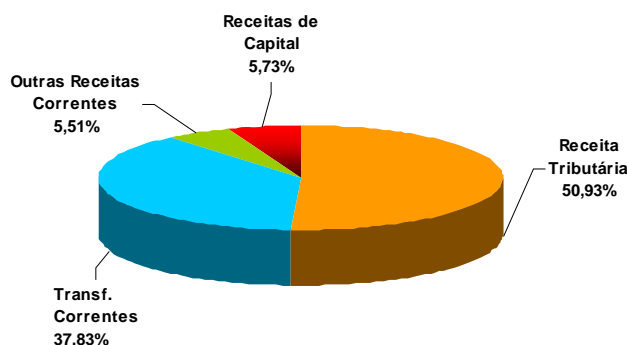
As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram R\$ 7,04 bilhões, apresentando uma queda nominal de 2,76% na arrecadação em relação ao realizado no mesmo período do ano anterior.

Receita Tributária		Em mil Reais			
Receitas	Previsão atualizada 2009	Realizado - Janeiro a Agosto			
		2009	% Realizado	2008	% Variação
Receita Tributária	11.502.946	7.043.594	61,23	7.243.184	(2,76)
ICMS	10.136.080	6.040.246	59,59	6.346.478	(4,83)
IPVA	431.266	388.777	90,15	347.763	11,79
ITCD	12.099	16.326	134,94	19.786	(17,49)
IRRF	453.402	341.085	75,23	310.887	9,71
Taxas	470.100	257.160	54,70	218.270	17,82

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 85,76% da receita tributária realizada, apresentaram arrecadação de R\$ 6,04 bilhões no período analisado, com uma realização de 59,59% da previsão anual. O valor realizado proporcionou uma variação nominal negativa de 4,83% em comparação com o efetivado no mesmo período do ano anterior. O gráfico a seguir destaca a participação percentual dos principais itens das receitas tributárias no 2º quadrimestre de 2009.

Composição da Receita Tributária – 2º Quadrimestre



O IPVA apresentou uma variação nominal positiva de 11,79% se comparado com o 2º quadrimestre de 2008, sendo arrecadado R\$ 388,78 milhões, reflexo das medidas adotadas pelo Governo para a recuperação das vendas de automóveis e também pelo esforço empreendido na ação fiscalizadora.

O Imposto de Renda Retido na Fonte apresentou um crescimento de 9,71% em relação ao mesmo período do ano anterior, com uma arrecadação de R\$ 341,09 milhões. Outro item das Receitas Correntes que merece destaque são as Transferências Correntes.

Transferências Correntes		Em mil Reais			
Receitas	Previsão atualizada 2009	Realizado - Janeiro a Agosto			
		2009	% Realizado	2008	% Variação
Transferências Correntes	8.248.582	5.230.912	63,42	4.615.723	13,33
FPE	4.607.398	2.788.520	60,52	2.738.591	1,82
IPI Exportação	286.164	117.843	41,18	165.989	(29,01)
Salário Educação	41.420	42.965	103,73	36.818	16,70
Compensação Lei Kandir	65.118	36.280	55,71	36.237	0,12
Auxílio Exportação	73.827	60.024	81,30	0	0,00
Royalties	257.458	127.369	49,47	170.341	(25,23)
Transferências FUNDEB	1.656.403	1.137.869	68,70	831.256	36,89
Transf. de Convênios	255.028	173.046	67,85	120.106	44,08
Outras Transferências	1.005.767	746.995	74,27	516.383	44,66

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

As Transferências Correntes representaram 40,12 % das Receitas Correntes realizadas, sendo compostas pelas transferências constitucionais e legais da União.

No período, destaca-se o FPE que participa com 53,31 % do total realizado das transferências correntes, e apresentou uma variação positiva de 1,82 % em relação ao mesmo período de 2008.

Neste item é importante lembrar a mudança de metodologia na contabilização, determinada pela Secretaria do Tesouro Nacional: em 2008, a 1ª. Cota de janeiro foi contabilizada em dezembro 2007, já em 2009, a 1ª. Cota de janeiro foi contabilizada no próprio ano de 2009. Se a metodologia não tivesse sido alterada, a redução no FPE seria de 4,66%, conforme demonstrado na tabela a seguir, e o aumento das Transferências Correntes de 8,93%.

FPE - Janeiro a Agosto				Em mil Reais
Mês	2008		2009	% Variação (b/a)
	Recolhido	*Ajustado (a)	Recolhido (b)	
Jan	409.522	595.812	395.737	(33,58)
Fev	356.042	356.042	368.929	3,62
Mar	364.209	364.209	294.928	(19,02)
Abr	422.065	422.065	351.031	(16,83)
Mai	325.317	325.317	418.073	28,51
Jun	339.503	339.503	360.847	6,29
Jul	141.870	141.870	276.876	95,16
Ago	380.064	380.064	322.098	(15,25)
Total	2.738.591	2.924.881	2.788.520	(4,66)

Fonte: SEFAZ/SAF/DEPAT

* Foi incluído o valor de R\$ 186.290 mil, no mês de Janeiro de 2008, referente a 1ª cota contabilizada em Dezembro de 2007, no mês de Julho de 2008 contabilizou-se apenas duas cotas, concretizando o ajuste.

O item Outras Transferências atingiu R\$ 746,99 milhões, representando um acréscimo de 44,66%, se comparado ao mesmo período de 2008. Este aumento foi impulsionado pela realização de R\$ 668,09 milhões de transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde – SUS.

2.1.2. Receitas de Capital

As Receitas de Capital, que durante o período analisado atingiram o valor de R\$ 792,31 milhões, contêm os ingressos referentes às Operações de Crédito (R\$ 620,03 milhões), Alienação de Bens (R\$ 2,03 milhões), Amortizações de Empréstimos (R\$ 39,53 milhões) e Transferências de Capital (R\$ 130,71 milhões).

Receitas de Capital						Em mil Reais
Receitas	Previsão atualizada 2009	Receitas Realizadas				
		2009	% Realizado	2008	% Variação	
Receitas de Capital	1.800.983	792.305	43,99	227.651	248,03	
Operações de Crédito	985.594	620.028	62,91	96.405	543,15	
Alienação de Bens	99.048	2.031	2,05	1.970	3,09	
Amortização de Empréstimos	52.662	39.534	75,07	49.984	(20,91)	
Transferências de Capital	663.466	130.712	19,70	78.551	66,40	
Outras Receitas de Capital	213	0	0,01	742	(100,00)	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Quanto ao ingresso de recursos através de Operações de Crédito, que proporcionaram uma receita de R\$ 620,03 milhões, o nível de realização apresentado (62,91%), deveu-se principalmente às operações externas com 81,28% de realização, em função do ingresso dos recursos do PROCONFIS – Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia. Nas operações internas destacamos o Programa Emergencial de Financiamento para os Estados e o Distrito Federal, efetuado com o BNDES. A receita de Amortização de empréstimos apresentou um índice de realização de 75,07%, totalizando R\$ 39,53 milhões.

3. DESPESAS

3.1. Despesas Totais

As despesas realizadas no 2º quadrimestre de 2009 totalizaram R\$ 13,13 bilhões, correspondentes a 56,64% do valor orçado. Observa-se um crescimento de 11,17% se comparado ao mesmo período do ano anterior.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

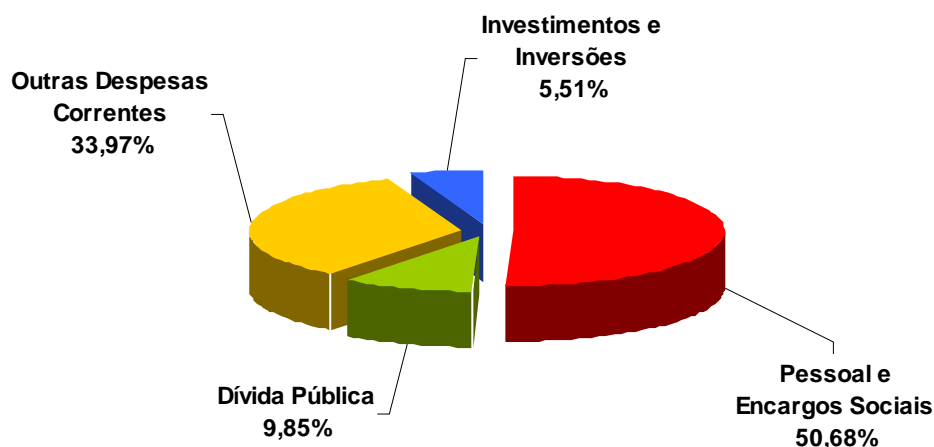
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Balço Orçamentário da Despesa					Em mil Reais
Discriminação	Previsão atualizada 2009	Executada - Janeiro a Agosto			
		2009	Orçamento % Realização	2008	Varição % 2009/2008
Despesas Correntes	19.220.502	11.445.102	59,55	10.326.573	10,83
Pessoal e Encargos Sociais	10.433.309	6.652.271	63,76	5.847.218	13,77
Juros e Encargos da Dívida	579.859	334.035	57,61	343.515	(2,76)
Outras Despesas Correntes	8.207.334	4.458.796	54,33	4.135.840	7,81
Despesas de Capital	3.924.608	1.682.196	42,86	1.481.870	13,52
Investimentos	2.615.828	574.749	21,97	419.066	37,15
Inversões Financeiras	279.271	148.516	53,18	105.960	40,16
Amortização da Dívida	1.029.509	958.931	93,14	956.844	0,22
Reserva de Contingência	30.000	-	0,00	-	0,00
Total	23.175.110	13.127.298	56,64	11.808.444	11,17

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Quanto à composição, observa-se que o grupo Pessoal e Encargos Sociais, detêm 50,68% de participação no total realizado no período analisado, seguidos das Outras Despesas Correntes com 33,97%, Dívida Pública com 9,85% e Investimentos e Inversões com 5,51%.

Composição das Despesas Realizadas



3.1.1. Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. No período, as despesas correntes totalizaram R\$ 11,45 bilhões, representando uma realização de 59,55 % do valor fixado anual.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 6,65 bilhões, correspondendo a 63,76 % da previsão anual.

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 334,04 milhões, correspondendo a 57,61% da previsão anual.

As Outras Despesas Correntes contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios, com um total realizado de R\$ 4,46 bilhões correspondentes a 54,33% do fixado para o ano.

3.1.2. Despesas de Capital

As Despesas de Capital apresentaram no 2º quadrimestre, um incremento de 13,52% em relação ao mesmo período de 2008, com um montante de R\$ 1,68 bilhão, e uma realização de 42,86% do valor orçado no ano.

Essa categoria é representada pela Amortização da Dívida com valor de R\$ 958,93 milhões, seguida dos Investimentos e Inversões Financeiras com R\$ 574,75 milhões e R\$ 148,52 milhões, respectivamente.

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Observa-se que as receitas foram realizadas em montante equivalente a 59,67% da previsão anual para 2009, e que as despesas foram liquidadas no percentual de 56,94%.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Quadro Comparativo das Receitas e Despesas					Em mil Reais
Especificação	Receitas Realizadas		Despesas Liquidadas		
	Janeiro a Agosto 2009	Orçamento % Realização	Janeiro a Agosto 2009	Orçamento % Realização	
Correntes	13.036.861	60,99	11.445.102	59,55	
Capital	792.305	43,99	1.682.196	42,86	
TOTAL	13.829.167	59,67	13.127.298	56,64	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

O comparativo de receitas e despesas demonstra de forma resumida o percentual realizado em relação ao previsto.

Quanto ao Resultado Corrente, o Estado encerrou o período superavitário em R\$ 1,59 bilhão, fruto de uma Receita Corrente de R\$ 13,04 bilhões para uma Despesa Corrente de R\$ 11,45 bilhões. O Superávit Corrente indica o excedente apurado no financiamento das Despesas Correntes, destinado à cobertura de parte das Despesas de Capital, que totalizaram R\$ 1,68 bilhão.

Demonstrativo do Resultado Orçamentário				Em mil reais
Especificação	Janeiro a Agosto			
	2009	2008	% Variação	
Receitas Correntes	13.036.861	12.461.061	4,62	
(-) Despesas Correntes	(11.445.102)	(10.326.573)	10,83	
Superávit Corrente	1.591.759	2.134.488	(25,43)	
(+) Receitas de Capital	792.305	227.651	248,03	
(-) Despesas de Capital	(1.682.196)	(1.481.870)	13,52	
Superávit Orçamentário	701.869	880.269	(20,27)	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, abaixo do limite máximo permitido pela LRF.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Despesa de Pessoal x Receita Corrente Líquida

Descrição	Percentual Realizado	Limite prudencial	Limite máximo
Executivo	45,46	46,17	48,60
Legislativo	2,78	3,23	3,40
Assembléia	1,44	1,83	1,93
TCE	0,78	0,86	0,90
TCM	0,56	0,54	0,57
Judiciário	5,99	5,70	6,00
Ministério Público	1,72	1,90	2,00
Total	55,94	57,00	60,00

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

RCL últimos 12 meses = R\$ 14.717.147 mil

Neste item é importante observar que a queda na Receita Corrente Líquida orçada, decorrente da crise econômica mundial, juntamente com a política de valorização do servidor provocaram crescimento do percentual comprometido com a despesa de pessoal.

5. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino totalizaram no 2º quadrimestre de 2009, o montante de R\$ 1,96 bilhão. No decorrer do ano as despesas com educação continuarão crescentes e ultrapassarão o limite mínimo anual.

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			Em mil reais
Descrição	Realizado - 2º Quadrimestre		Limite Constitucional Anual
	2009	2008	
Receita Líquida de Impostos	7.897.316	8.076.028	
Total da Despesa Considerada para fins de Limite	1.963.879	2.048.053	
% Aplicado na Manut. e Desenvolvimento do Ensino	24,87%	25,36%	25,00%

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

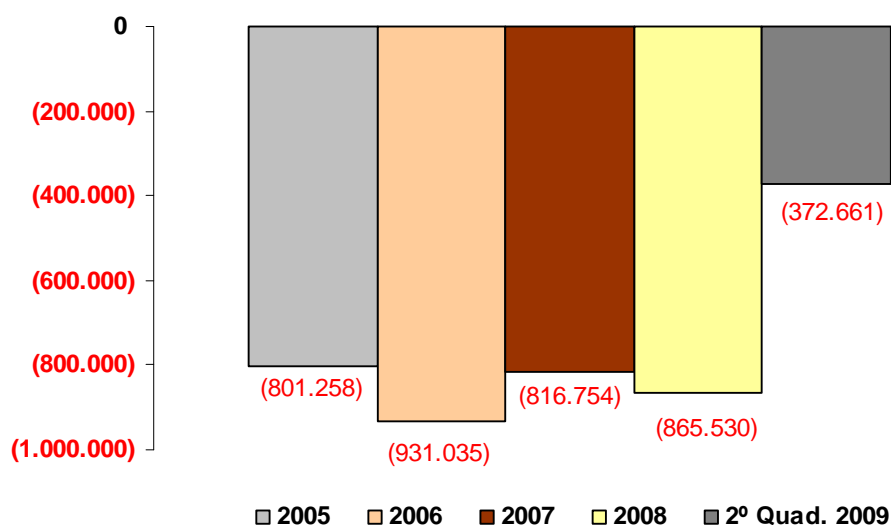
O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB é um Fundo de natureza contábil, sendo implantado em janeiro de 2007, em substituição ao FUNDEF, que tinha uma menor amplitude e não atendia, por exemplo, aos alunos do ensino médio.

FUNDEF / FUNDEB			Em mil Reais
Ano	Aporte	Retorno	Resultado Apurado
2005	(1.217.405)	416.147	(801.258)
2006	(1.376.031)	444.996	(931.035)
2007	(1.653.222)	836.469	(816.754)
2008	(2.173.385)	1.307.855	(865.530)
2º Quad. 2009	(1.510.531)	1.137.869	(372.661)

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Até o 2º quadrimestre de 2009, foi destinado ao FUNDEB o valor de R\$ 1,51 bilhão, tendo recebido de retorno o valor de R\$ 1,14 bilhão.

Resultado do FUNDEF / FUNDEB



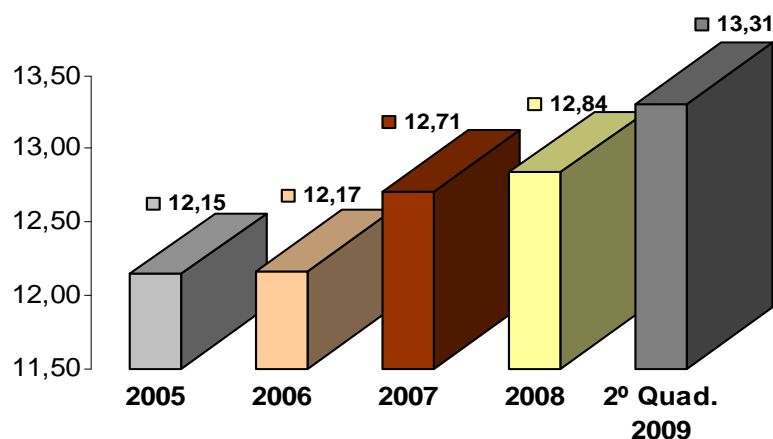
6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram no 2º quadrimestre de 2009, o montante de R\$ 1,05 bilhão, correspondendo a 13,31% da Receita Líquida de Imposto e Transferências, ultrapassando o limite de 12% estabelecido pela Emenda Constitucional nº. 29, de 13 de setembro de 2000.

Despesas Próprias com Saúde			Em mil reais
Descrição	Realizado - 2º Quadrimestre		Limite Constitucional Anual
	2009	2008	
Receita Líquida de Impostos	7.897.316	8.076.028	
Total das Despesas Próprias com Saúde	1.051.084	972.028	
% Aplicado nas Despesa Próprias com Saúde	13,31%	12,04%	12,00%

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Evolução anual das Despesas com Saúde



Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

7. RESTOS A PAGAR

Ao final do ano de 2008, os Restos a Pagar Inscritos totalizaram R\$ 804,01 milhões, dos quais R\$ 778,95 milhões foram inscritos pelo Poder Executivo e R\$ 25,06 milhões pelos Poderes: Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

Demonstrativo dos Restos a Pagar 2008				Em mil reais
Descrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Poder Executivo ¹	778.945	46.555	633.918	98.472
Poder Judiciário	15.854	1.167	12.588	2.100
Poder Legislativo	7.349	19	5.299	2.030
Ministério Público	934	17	803	114
Defensoria Pública	928	25	902	1
Total	804.010	47.782	653.508	102.718

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

¹ Inclui Serviço da Dívida : R\$ 34.901 mil .

8. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Estado para, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal e transferências a municípios), das suas despesas de capital (aí incluídos os investimentos) e ainda gerar poupança para atender ao serviço da dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de aplicações financeiras, de juros de empréstimos, de operações de crédito, de amortizações de empréstimos e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de título de capital já integralizado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Demonstrativo do Resultado Primário		Em mil reais	
Descrição	Realizado Janeiro a Agosto		
	2009	2008	
1 Receitas Fiscais Correntes	12.911.402	12.343.352	
2 Receitas Fiscais de Capital	130.712	79.293	
3 Receitas Fiscais (1 + 2)	13.042.114	12.422.645	
4 Despesas Fiscais Correntes	11.111.067	9.983.058	
5 Despesas Fiscais de Capital	644.266	485.175	
6 Despesas Fiscais (4+5)	11.755.333	10.468.233	
Resultado Primário (3-6)	1.286.781	1.954.412	

LOA - Meta do Resultado Primário para o ano de 2009 = R\$ 698.050 mil

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

O Resultado Primário foi de R\$ 1,29 bilhão, superior à meta anual estabelecida na LOA, no valor de R\$ 698,05 milhões.

9. RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. Em relação ao exercício anterior houve redução desta dívida em R\$ 1,58 bilhão.

Demonstrativo do Resultado Nominal		Em mil reais	
Especificação	Saldo		Resultado Nominal 2º Quadr. 2009 (A-B)
	30/08/2009 (A)	31/12/2008 (B)	
I - Dívida Consolidada	10.505.800	11.498.748	
(-) Ativo Disponível	(1.900.887)	(1.751.261)	
(-) Haveres Financeiros	(22.660)	(102.893)	
(+ Restos a Pagar Processados	74.143	596.291	
II - Dívida Consolidada Líquida	8.656.395	10.240.885	
III - Receita de Privatizações	-	-	
IV - Passivos Reconhecidos	-	-	
IV - DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (II+III+IV)	8.656.395	10.240.885	(1.584.490)

LOA - Meta do Resultado Nominal para o ano de 2009 de (-) R\$ 323.781 mil.

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

10. DÍVIDA PÚBLICA

Ao final do 2º quadrimestre de 2009, a dívida consolidada apresentou saldo de R\$ 10,51 bilhões sendo R\$ 8,20 bilhões originários da dívida interna, R\$ 1,81 bilhão da dívida externa e as outras dívidas no total de R\$ 486,21 milhões.

Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final do 2º quadrimestre de 2008, verifica-se que houve redução de ordem de 3,50%.

Dívida Consolidada			Em mil reais
Tipo	2º Quadrimestre		% Variação
	2009	2008	
Interna	8.205.248	9.116.385	(9,99)
Externa	1.814.342	1.335.596	35,85
Outras	486.209	435.052	11,76
Total	10.505.800	10.887.032	(3,50)

Fonte: SICOF / SEFAZ / SAF / DEPAT / GEPUB

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,59 no 2º quadrimestre de 2009. Essa relação é bem inferior ao limite fixado, de 2 vezes a RCL.

Dívida Consolidada Líquida / RCL				Em mil reais
Descrição	DCL	RCL	DCL / RCL	
Exercício de 2006	11.616.488	11.360.178	1,02	
Exercício de 2007	10.370.837	12.584.607	0,82	
Exercício de 2008	10.240.885	14.237.786	0,72	
Em Agosto de 2009	8.656.395	14.717.147	0,59	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DEPAT/GEPUB

Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

11. CONCLUSÃO

No 2º quadrimestre de 2009, o Estado registrou Superávit Primário no valor de R\$ 1,29 bilhão. A Receita Total realizada no valor de R\$ 13,83 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 13,13 bilhões resultaram em Superávit Orçamentário de R\$ 701,87 milhões. Para as receitas orçadas esperava-se um crescimento de 15,66%, entretanto, em decorrência da crise financeira mundial, verificamos o aumento de 8,99%, ou seja, uma redução de 6,67% em relação às expectativas iniciais.

O Resultado Nominal demonstrou redução do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 1,58 bilhão.

Metas LOA		Em mil reais
Descrição	Valor realizado	Meta Anual
Resultado Primário	1.286.781	698.050
Resultado Nominal	(1.584.490)	(323.781)

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

A relação da Dívida Consolidada Líquida com a Receita Corrente Líquida também apresentou redução, encerrando o quadrimestre em 0,59.

Limites Constitucionais e Legais			
Descrição	Limite Realizado	Limite prudencial	Limite máximo
Despesa de Pessoal	55,94	57,00	60,00
Dívida	0,59	1,80	2,00
Garantias de Valores	0,69	-	22,00
Op. de Crédito Internas e Externas	4,21	-	16,00
Op. de Crédito por Antecip.de Receita	0,00	-	7,00

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Os limites referentes à dívida pública, garantias de valores e operações de crédito encontram-se dentro dos estabelecidos, enquanto que as despesas com pessoal se situaram abaixo do limite máximo permitido pela LRF. Os limites de educação e saúde também apresentam percentuais que apontam para o cumprimento das metas no final do ano.

Descrição	Limite realizado	Limite Mínimo Anual
Educação	24,87%	25%
Saúde	13,31%	12%

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Os números apurados apontam, portanto, para o cumprimento das metas fiscais. Salvador, 29 de setembro de 2009.

GLOSSÁRIO

Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 15% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mais as devoluções de tributos, recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertence a outro ente de acordo com a lei vigente e a renúncia de receita contabilizada.

Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e a continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis e ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

Despesas Intra-Orçamentárias

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, a fim de evitar a dupla contagem. São as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do serviço da dívida a pagar.

Estado

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

Inversões Financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Metas Fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Receitas Correntes

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entreguem aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípua do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.

Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida.

Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e,

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

SICOF

Sistema de Informações Contábeis e Financeira gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Realização: SEFAZ/SAF/COPAF